

# PLANO MUNICIPAL DE EMERGÊNCIA DE PROTECÇÃO CIVIL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO



## **PARTE I** – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO



# **Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Vila Real de Santo António**

Parte I – Enquadramento geral do plano

**Câmara Municipal de Vila Real de Santo António**

Data:

14 de Fevereiro de 2011



## EQUIPA TÉCNICA

CÂMARA MUNICIPAL DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO	
Direcção do projecto	
Luís Gomes	Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António Lic. Eng. do Território (IST-UTL); Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais (UA)
Coordenação	
Eduardo Bonança	Coordenador do Serviço Municipal de Protecção Civil
Equipa técnica	
Eduardo Bonança	Coordenador do Serviço Municipal de Protecção Civil
Rosemary Luís	(Eng.º) Técnica responsável SIG
Hélder Teixeira	Técnico

METACORTEX, S.A.	
Direcção técnica	
José Sousa Uva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Recursos Naturais (ISA-UTL) [cédula profissional n.º 38804]
Gestora de projecto	
Marlene Marques	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Georrecursos (IST-UTL)
Co-gestor de projecto	
Tiago Pereira da Silva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Equipa técnica	
Marlene Marques	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); Mestre em Georrecursos (IST-UTL)
Tiago Pereira da Silva	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Paula Amaral	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
João Moreira	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Carlos Caldas	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL); MBA (UCP)
Mafalda Rodrigues	Lic. Eng. Florestal (ISA-UTL)
Nuno Frade	Lic. Geografia e Planeamento Regional (FCSH-UNL); Mestre em Ecologia Humana e Problemas Sociais Contemporâneos (FCSH-UNL)
Carlos Conde	Lic. Geografia e Desenvolvimento Regional (ULHT)
Andreia Malha	Lic. Geografia e Desenvolvimento Regional (ULHT)
Sónia Figo	Lic. Eng. dos Recursos Florestais (ESAC-IPC)

## ÍNDICE

Índice de Tabelas.....	ii
Índice de Figuras.....	ii
Acrónimos.....	iii
<b>PARTE I – ENQUADRAMENTO GERAL DO PLANO.....</b>	<b>1</b>
1. Introdução .....	3
2. Âmbito de aplicação .....	5
3. Objectivos gerais .....	6
4. Enquadramento legal.....	7
4.1 Legislação geral.....	7
4.2 Legislação específica .....	8
5. Antecedentes do processo de planeamento .....	9
6. Articulação com instrumentos de planeamento e ordenamento do território .....	11
7. Activação do plano .....	15
7.1 Competência para a activação do plano .....	15
7.2 Critérios para a activação do plano .....	17
8. Programa de exercícios.....	22

## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> Exercícios de emergência em que os agentes de protecção civil e o SMPC de Vila Real de Santo António participaram até à data de elaboração do Plano.....	9
<b>Tabela 2.</b> Critérios para a definição do grau de gravidade.....	20
<b>Tabela 3.</b> Critérios para a activação do PMEPCVRSa, de acordo com o grau de gravidade e de probabilidade da ocorrência .....	20
<b>Tabela 4.</b> Calendarização dos exercícios de emergência (2011-2012) .....	23

## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Riscos de origem natural e de origem humana analisados no âmbito do PMEPCVRSa.....	5
<b>Figura 2.</b> Legislação específica de diferentes áreas relacionadas com a prevenção de riscos naturais e de origem humana .....	8
<b>Figura 3.</b> Critérios para a activação do PMEPCVRSa .....	19
<b>Figura 4.</b> Esquema relativo ao aperfeiçoamento dos exercícios de emergência .....	22



## ACRÓNIMOS

**AFN** - Autoridade Florestal Nacional

**AML** – Autoridade Marítima Local

**ANPC** - Autoridade Nacional de Protecção Civil

**APC** – Agente de Protecção Civil

**BVVRSA** - Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António

**CCON** - Centro de Coordenação Operacional Nacional

**CDOS** - Comando Distrital de Operações de Socorro

**CMPC** - Comissão Municipal de Protecção Civil

**CMVRSA** - Câmara Municipal de Vila Real de Santo António

**CNPC** - Comissão Nacional de Protecção Civil

**COM** - Comandante Operacional Municipal

**CPX** - Comand Post Exercise

**DFCI** - Defesa da Floresta Contra Incêndios

**DGS** - Direcção-Geral de Saúde

**GNR** – Guarda Nacional Republicana

**IM** - Instituto de Meteorologia

**INAG** - Instituto da Água

**IPTM** - Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos

**LivEx** - Live Exercise

**INEG** - Laboratório Nacional de Energia e Geologia

**PBH** - Plano de Bacia Hidrográfica

**PDEF** - Plano Distrital de Emergência de Faro

**PDM** - Plano Director Municipal

**PDMVRS**A - Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António

**PEERST-ALG** - Plano Especial de Emergência de Protecção Civil Para o Risco Sísmico e de Tsunamis na Região do Algarve

**PMDFCI** – Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios

**PME** – Plano Municipal de Emergência

**PMEPC** - Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil

**PMEPCVRS**A - Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Vila Real de Santo António

**PROT** - Plano Regional de Ordenamento do Território

**PSP** – Polícia de Segurança Pública

**SIG** – Sistema de Informação Geográfica

**SIOPS** - Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro

**SMPC** - Serviço Municipal de Protecção Civil

## **Parte I – Enquadramento geral do plano**

Parte II – Organização da resposta

Parte III – Áreas de intervenção

Parte IV - Informação complementar



## 1. INTRODUÇÃO

Cada vez mais a organização da sociedade se torna complexa, encontrando-se sujeita a riscos de ordem diversa que provocam um maior ou menor grau de perturbação de acordo com a menor ou maior preparação da sociedade face a estes fenómenos. De acordo com a Lei de Bases da Protecção Civil (Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho), a protecção civil é a actividade desenvolvida pelo Estado, Regiões Autónomas e autarquias locais, pelos cidadãos e por todas as entidades públicas e privadas com a finalidade de prevenir riscos colectivos inerentes a situações de acidente grave ou catástrofe, de atenuar os seus efeitos e proteger e socorrer as pessoas e bens em perigo quando aquelas situações ocorram.

O Plano Municipal de Emergência de Protecção Civil de Vila Real de Santo António, adiante designado por PMEPCVRSa, **enquadra-se na designação de plano geral, isto é, a sua elaboração permite enfrentar a generalidade das situações de emergência que se admitem para o concelho.**

Com a elaboração do PMEPCVRSa **pretende-se clarificar e definir as atribuições e responsabilidades que competem a cada um dos agentes de protecção civil intervenientes em situações de emergência de protecção civil, susceptível de afectar pessoas, bens ou o ambiente.** Um dos principais objectivos tidos em conta na elaboração do PMEPCVRSa foi a sua adequação às necessidades operacionais do concelho, tendo-se para tal procedido a uma recolha criteriosa e rigorosa de informação no âmbito da análise de riscos, a avaliação de meios e recursos disponíveis e a clarificação dos conceitos e procedimentos a adoptar.

Por outro lado, com o intuito de tornar o PMEPCVRSa um documento estruturante foi dada especial importância às indicações de cariz operacional, garantindo sempre a sua flexibilidade de maneira a se adaptarem à multiplicidade de situações que possam surgir. Paralelamente, a elaboração deste Plano funciona igualmente como um instrumento de apoio à organização, calendarização e definição de objectivos no que se refere a exercícios de protecção civil a realizar.

**O PMEPCVRSa tem no Presidente da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António a figura de Director do Plano, sendo que o mesmo poderá ser substituído pelo Vice-Presidente da Câmara Municipal, caso, por algum motivo, se encontre impossibilitado de exercer as suas funções.**

Dos diferentes princípios especiais pelos quais as actividades de protecção civil se devem reger e que o PMEPCVRSa adopta, merecem especial referência **o princípio de prevenção e precaução**, segundo o qual os riscos devem ser antecipados de forma a eliminar as suas causas ou reduzir as suas consequências, e **o princípio da unidade de comando**, que determina que **todos os agentes actuam, no plano operacional, articuladamente sob um comando único**, sem prejuízo da respectiva dependência hierárquica e funcional.

A organização do PMEPCVRSa reflecte precisamente o estabelecimento daqueles princípios, em que:

- § Na Parte I apresenta-se o enquadramento do Plano em termos legais e relativamente a outros instrumentos de planeamento e gestão do território, e abordam-se as questões relacionadas com a sua activação. Definem-se os mecanismos que permitem a optimização da gestão dos meios e recursos existentes no concelho através da organização de exercícios de emergência.
- § Na Parte II do Plano aborda-se o ponto referente à organização da resposta e áreas de intervenção, define-se o quadro orgânico e funcional da Comissão Municipal de Protecção Civil (CMPC) a convocar na iminência ou ocorrência de situações de acidente grave ou catástrofe, bem como o dispositivo de funcionamento e coordenação das várias forças e serviços a mobilizar em situação de emergência.
- § Na Parte III referem-se as diversas áreas de intervenção, entidades envolvidas e formas de actuação.
- § Na Parte IV, relativa à informação complementar, apresenta-se uma caracterização do concelho. Identificam-se os diferentes riscos a que o concelho de Vila Real de Santo António se encontra sujeito, avaliando-se a probabilidade da sua ocorrência e os danos que lhes poderão estar associados. Indicam-se os contactos das várias entidades e respectivos intervenientes, bem como, o inventário de meios e recursos disponíveis para responder a situações de emergência, para além de modelos a nível documental de controlo e registo.

**O PMEPCVRSa entra formalmente em vigor, para efeitos de execução, planeamento de tarefas e análise dos meios e recursos existentes, no primeiro dia útil seguinte ao da publicação da deliberação de aprovação no Diário da República e será revisto, no mínimo, de 2 em 2 anos ou actualizado sempre que se considere necessário.** Após o PMEPCVRSa estar aprovado, a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António dispõe de um prazo de 180 dias para realizar um exercício de teste ao Plano.

O facto do anterior Plano de Emergência nunca ter sido activado faz com que não seja possível analisar a eficiência dos processos e procedimentos nele previstos, assim como a adequabilidade e eficácia dos meios materiais e humanos disponíveis. Desta forma, não é possível incorporar sugestões de carácter operacional resultantes de situações de emergência ocorridas no concelho de Vila Real de Santo António.

## 2. ÂMBITO DE APLICAÇÃO

O PMEPCVRSa é um Plano de âmbito municipal, elaborado pela Câmara Municipal de Vila Real de Santo António (CMVRSa), mediante parecer prévio da Comissão Municipal de Protecção Civil e da Autoridade Nacional de Protecção Civil (ANPC) e aprovado pela Comissão Nacional de Protecção Civil (CNPC). O PMEPCVRSa abrange uma área total de aproximadamente 61 km<sup>2</sup>, a qual encontra-se dividida em três freguesias (Mapa 1 - Secção II - Parte IV). O concelho de Vila Real de Santo António localiza-se no distrito de Faro. Relativamente à Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) de nível II e III, o concelho encontra-se inserido na região e na sub-região do Algarve. Na Figura 1 encontram-se identificados os riscos naturais ou de origem humana que possam ocorrer no concelho, analisados no âmbito do PMEPCVRSa (Ponto 5 da Secção II -Parte IV).



Figura 1. Riscos de origem natural e de origem humana analisados no âmbito do PMEPCVRSa

### 3. OBJECTIVOS GERAIS

O PMEPCVRSa, de cariz geral, encontra-se sujeito a actualização periódica e deve ser objecto de exercícios frequentes com vista a testar a sua operacionalidade. **O PMEPCVRSa tem como principais objectivos:**

- § Providenciar, através de uma resposta concertada, as condições e os meios indispensáveis à minimização dos efeitos adversos de um acidente grave ou catástrofe;
- § Definir as orientações relativamente ao modo de actuação dos vários organismos, serviços e estruturas a empenhar em operações de protecção civil;
- § Definir a unidade de direcção, coordenação e comando das acções a desenvolver;
- § Coordenar e sistematizar as acções de apoio, promovendo maior eficácia e rapidez de intervenção das entidades intervenientes;
- § Inventariar os meios e recursos disponíveis para acorrer a um acidente grave ou catástrofe;
- § Minimizar a perda de vidas e bens, atenuar ou limitar os efeitos de acidentes graves ou catástrofes e restabelecer o mais rapidamente possível, as condições mínimas de normalidade;
- § Assegurar a criação de condições favoráveis ao empenhamento rápido, eficiente e coordenado de todos os meios e recursos disponíveis num determinado território, sempre que a gravidade e dimensão das ocorrências justifique a activação do PMEPCVRSa;
- § Habilitar as entidades envolvidas no plano a manterem o grau de preparação e de prontidão necessário à gestão de acidentes graves ou catástrofes;
- § Promover a informação das populações através de acções de sensibilização, tendo em vista a sua preparação, a assumpção de uma cultura de auto-protecção e a colaboração na estrutura de resposta à emergência.

**O bom funcionamento do Plano e das suas medidas depende da concretização de cada um dos objectivos, pelo que deverá ser alvo constante de melhorias de acordo com a experiência que vai sendo adquirida ao longo da sua vigência.**



## 4. ENQUADRAMENTO LEGAL

A elaboração do PMEPCVRSa, assim como a sua execução, encontram-se regulamentados por legislação diversa, que vai desde a organização da actividade das entidades com responsabilidades no âmbito de protecção civil, passando pelas normas a seguir na elaboração do Plano, até à legislação relativa à segurança de diferentes tipos de infra-estruturas.

Neste Ponto faz-se referência à legislação geral que sustenta a elaboração do Plano, assim como, a principal legislação que regulamenta diferentes matérias de interesse para a prevenção de riscos naturais e de origem humana no âmbito municipal. No entanto, no Ponto 8 da Secção III - Parte IV do PMEPCVRSa, encontra-se referenciada a listagem dos diplomas legais relevantes para efeitos do Plano ou que poderão proporcionar a obtenção de informação complementar no âmbito da protecção civil.

### 4.1 Legislação geral

- § **Concessão de auxílios financeiros às autarquias locais bem como o regime associado ao Fundo de Emergência Municipal** [Decreto-Lei n.º 225/2009, de 14 de Setembro].
- § **Lei de Segurança Interna** [Lei n.º 53/2008, de 29 de Agosto].
- § **Critérios e normas técnicas para a elaboração e operacionalização de planos de emergência de protecção civil** [Resolução da Comissão Nacional de Protecção Civil n.º 25/2008, de 18 de Julho].
- § **Conta de Emergência, que permite adoptar medidas de assistência a pessoas atingidas por catástrofe ou calamidade** [Decreto-Lei n.º 112/2008, de 1 de Julho].
- § **Enquadramento institucional e operacional da protecção civil no âmbito municipal, organização do serviço municipal de protecção civil e competências do comandante operacional municipal** [Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro].
- § **Lei das Finanças Locais** [Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro].
- § **Sistema Integrado de Operações de Protecção e Socorro - SIOPS** [Decreto-Lei n.º 134/2006, de 25 de Julho].
- § **Lei de Bases da Protecção Civil** [Lei n.º 27/2006, de 3 de Julho].

## 4.2 Legislação específica

Na Figura 2 apresentam-se os principais diplomas legais que regulamentam diferentes matérias de interesse para a prevenção de riscos naturais e de origem humana no âmbito municipal.

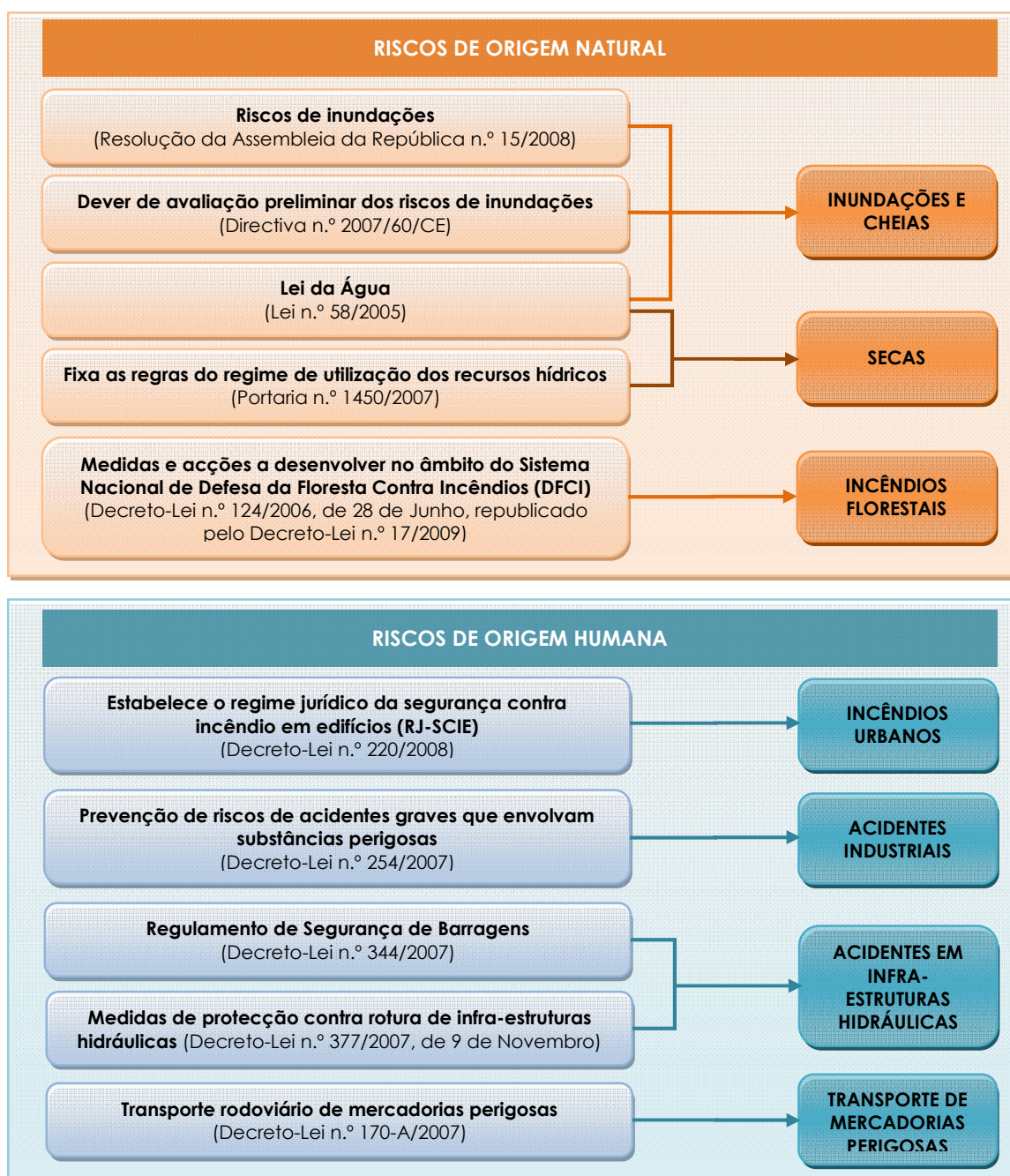


Figura 2. Legislação específica de diferentes áreas relacionadas com a prevenção de riscos naturais e de origem humana

## 5. ANTECEDENTES DO PROCESSO DE PLANEAMENTO

Neste Ponto aborda-se o historial de planeamento de emergência de âmbito municipal, de cariz geral, tendo como objectivo identificar as principais omissões de forma a colmatar lacunas identificadas em situações de emergência anteriores e actualizar a informação. Dos antecedentes do processo de planeamento de emergência do concelho de Vila Real de Santo António, evidencia-se o seguinte histórico:

- 1. Versões anteriores do Plano e respectivas datas de aprovação** - O Plano Municipal de Emergência (PME) foi elaborada pelo SMPC de Vila Real de Santo António e aprovada em sessão de Câmara Municipal a 17 de Fevereiro de 1999. A 30 de Março de 2000 foi homologado pelo Ministro da Administração Interna, e aprovado pela Comissão Nacional de Protecção Civil, a 9 de Janeiro de 2002. O Plano anterior não foi sujeito ao processo de consulta pública.
- 2. Anteriores activaões do Plano** – o anterior PME de Vila Real de Santo António nunca foi activado.
- 3. Exercícios de teste ao Plano** – os agentes de protecção civil do concelho e o Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC) têm vindo a realizar e/ou participar em exercícios de emergência (Tabela 1) com o objectivo de preparar meios humanos e materiais para a ocorrência de diferentes tipos de eventos. No entanto importa fazer a ressalva que **os exercícios de emergência realizados anteriormente não se enquadram no âmbito da activação do PMEPCVRSa**. De facto, os exercícios que visam colocar à prova os procedimentos definidos no PMEPCVRSa não só poderão incorporar em simultâneo vários exercícios desse tipo, como obrigam a uma intervenção da CMPC (o que não ocorreu nos exercícios realizados anteriormente, onde apenas alguns agentes de protecção civil participaram).

**Tabela 1. Exercícios de emergência em que os agentes de protecção civil e o SMPC de Vila Real de Santo António participaram até à data de elaboração do Plano**

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO	LOCAL	DATA	MEIOS ENVOLVIDOS	ENTIDADES ENVOLVIDAS
INCÊNDIO URBANO	LIVEX / Evacuação	Incêndio na Cozinha	Escola Infante D. Fernando	11-03-2010 15h39	§ Internos da Escola	§ Escola § Direcção Regional de Educação § SMPC § GNR

TIPO DE RISCO	TIPO DE EXERCÍCIO	CENÁRIO	LOCAL	DATA	MEIOS ENVOLVIDOS	ENTIDADES ENVOLVIDAS
ACIDENTE FLUVIAL	LIVEX	Fogo a bordo de embarcação	Rio Guadiana	05-06-2010 15h00	§ Marítimos do BVVRSa, AML, GNR e IPTM § Terrestres do CBV, AM, GNR, IPTM, PSP	§ AML § BVVRSa § IPTM § GNR § PSP § HATIVAR § DS Combate à Poluição
TERRAMOTO	CPX	Sismo 8.7	Concelho de Vila Real de Santo António Algarve	29-11-2010 08h00	§ APC do concelho	§ CMPC § APC do concelho

A presente actualização do PME de Vila Real de Santo António visa a supressão das fragilidades e insipiências através da definição dos critérios e normas técnicas a adoptar para a elaboração e operacionalização do PMEPCVRSa e a adequação do plano ao novo enquadramento legal do Sistema de Protecção Civil. É importante ainda referir-se que o presente Plano vai permitir a validação dos locais e dos riscos caracterizados na revisão anterior, bem como a realização da análise de outros riscos não abordados na mesma versão e que se considera serem importantes para a protecção da população, relativamente a riscos naturais, tecnológicos e mistos.

O PMEPCVRSa foi também sujeito a consulta pública das suas componentes não reservadas, pelo prazo de 30 dias, o qual decorreu entre 19 de Junho e 31 de Julho de 2009. A CMPC emitiu parecer prévio positivo ao PMEPCVRSa na reunião de 14 de Fevereiro de 2011.

## 6. ARTICULAÇÃO COM INSTRUMENTOS DE PLANEAMENTO E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

Ao nível da articulação com instrumentos de planeamento e ordenamento do território, a elaboração do PMEPCVRSa teve em consideração os de âmbito distrital e municipal, dado o cariz geral municipal do Plano. Assim, o PMEPCVRSa articula-se principalmente com:

- § **Plano Distrital de Emergência de Faro (PDEF)** – à data de elaboração do PMEPCVRSa, o PDEF encontra-se em fase de revisão, de acordo com a legislação em vigor (Resolução n.º25/2008, de 18 de Julho), pelo que a sua organização e conteúdos se encontrarão em conformidade com o PMEPCVRSa (organização operacional e missões dos vários intervenientes).
- § **Plano Especial de Emergência de Protecção Civil Para o Risco Sísmico e de Tsunamis na Região do Algarve (PEERST-ALG)** – o PEERST-ALG define a organização operacional da região do Algarve face à ocorrência de um evento sísmico de grande intensidade. A organização prevista prevê estruturas de nível distrital e de nível municipal. O PMEPCVRSa encontra-se totalmente articulado com o PEERST-ALG, nomeadamente ao nível de:
  - o Posto de Comando Municipal. O PMEPCVRSa define a composição reduzida da CMPC, sendo estas entidades as que constituirão o Posto de Comando Municipal;
  - o Sectorização do município. O PEERST-ALG define os concelhos como um teatro de operações, sendo que a localização da Zona de Concentração e Reserva, Zona de Concentração e Apoio das Populações e Zona de Reunião de Mortos se encontram definidos no PMEPCVRSa;
  - o Equipas de Reconhecimento e Avaliação da Situação. Estas equipas encontram-se previstas no PMEPCVRSa para vários tipos de eventos, incluindo o sísmico.
- § **Planos Municipais de Emergência de Protecção Civil dos concelhos vizinhos (Castro Marim e Tavira)** – à data de elaboração do PMEPCVRSa os Planos dos concelhos adjacentes a Vila Real de Santo António não estão aprovados, encontrando-se em revisão de acordo com a legislação em vigor (Resolução n.º25/2008, de 18 de Julho). Na próxima revisão do PMEPCVRSa será realizada a devida articulação com os PMEPC dos concelhos adjacentes que se encontrem aprovados pela CNPC, em particular no que se refere aos aglomerados populacionais que se localizam nos limites administrativos e que carecem de infra-estruturas de apoio as quais podem ser complementadas com os meios disponíveis no concelho vizinho.

- § **Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI) de Vila Real de Santo António** - instrumento de apoio nas questões da Defesa da Floresta Contra Incêndios (DFCI), nomeadamente, na gestão de infra-estruturas, definição de zonas críticas, estabelecimento de prioridades de defesa, estabelecimento dos mecanismos e procedimentos de coordenação entre os vários intervenientes na DFCI. Para tal, o Plano integra as medidas necessárias à DFCI, nomeadamente, medidas de prevenção, previsão e planeamento integrado das intervenções das diferentes entidades envolvidas perante a eventual ocorrência de incêndios florestais.
- § **Plano de Contingência para o Sistema Municipal de Abastecimento de Água do Algarve** – neste plano são identificados cenários e os procedimentos a serem adoptados pelos vários concelhos do Algarve de forma a mitigar os efeitos de eventuais secas.
- § **Plano de Emergência da Ligação do Algarve** – neste plano, elaborado pela REFER, são estabelecidos os procedimentos gerais a serem implementados por aquela entidade para controlar sinistros que ocorram na infra-estrutura ferroviária. A articulação entre a REFER e CMPC seguirá os procedimentos previstos no PMEPCVRSa (ligação entre teatro de operações e a CMPC), garantindo-se assim a correcta articulação entre os dois planos.
- § **Plano Director Municipal (PDM) de Vila Real de Santo António** - o Plano Director Municipal de Vila Real de Santo António (PDMVRSa) foi ratificado pela Portaria n.º 347/1992 de 16 de Abril. No entanto, sofreu posteriormente 6 alterações: 1.ª alteração através da Declaração n.º 324/2002 de 26 de Outubro; 2.ª alteração pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 114/2004 de 30 de Julho; 3.ª alteração pela Declaração n.º 160/2005 de 26 de Julho; 4.ª alteração pela Aviso n.º 728/2008 de 8 de Janeiro; 5.ª alteração pelo Regulamento n.º 103/2008 de 29 de Fevereiro; 6.ª alteração pela Aviso n.º 20251/2008 de 16 de Julho. Em 4 de Junho de 2009 (Declaração n.º 1438/2009) houve uma 1.ª rectificação ao PDM.

Actualmente, o PDM encontra-se em fase de revisão, de forma a responder às novas exigência ao nível do planeamento e, consequentemente, permitir desenvolver soluções adequadas e eficazes para o concelho de Vila Real de Santo António. Assim, e uma vez que a Carta de Condicionantes em vigor (do anterior PDM) se encontra desactualizada, a articulação com esta cartografia, prevista no PDM de Vila Real de Santo António, não foi considerada no âmbito do PMEPCVRSa. Importa salientar que a análise de riscos efectuada no âmbito do PMEPCVRSa deverá constituir, no futuro, um importante instrumento de apoio no âmbito do planeamento e ordenamento da área concelhia. Ou seja, as conclusões contidas no PMEPCVRSa relativamente aos riscos que poderão afectar a área do concelho deverão ser consideradas nas futuras actualizações do PDM de Vila Real de Santo António, nomeadamente, através da imposição de restrições à ocupação do solo nas zonas susceptíveis à ocorrência de determinado risco natural ou de origem humana.



- § **Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) do Algarve** - aprovado em Conselho de Ministros a 24 de Maio de 2007 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 102/2007). De acordo com o PROT-Algarve, os riscos potenciais identificados para o concelho de Vila Real de Santo António são a ocorrência de sismos devido a diversos tipos de acidentes geológicos (falhas activas e falhas secundárias) e incêndios florestais.
- § **Plano Regional de Ordenamento Florestal (PROF) do Algarve** - aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 17/2006, de 20 de Outubro. Identifica as zonas críticas, gestão de combustíveis, redes regionais de defesa da floresta, entre outros, que contribuem para a gestão das áreas de uso florestal, gestão essa abordada exaustivamente no PMDFCI, com a finalidade de diminuir o mais possível a ocorrência deste fenómeno e naturalmente as suas consequências.
- § **Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) de Vilamoura - Vila Real de Santo António** - aprovado e publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 103/2005, de 27 de Junho. Este plano apresenta uma definição mais rigorosa das regras de uso e ocupação da faixa costeira, promovendo a defesa das zonas de maior sensibilidade ecológica e valores patrimoniais e paisagísticos. Em termos de Protecção civil são de referir a interdição de algumas actividades nomeadamente, a alteração do uso do solo, com excepção das situações previstas no respectivo Regulamento em faixas de risco máximo e faixas de protecção, de forma a se evitar situações que ponham em causa a segurança da população residente ou turistas.
- § **Plano de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP)** - A área do município de Vila Real de Santo António é abrangida pelo Parque Natural da Ria Formosa e pela Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António, com a seguinte legislação associada:
- **Reserva Natural da Ria Formosa** - Decreto-Lei n.º 45/1978, de 2 de Maio, cria da Reserva Natural da Ria Formosa; Decreto-Lei n.º 373/1987, de 9 de Dezembro, reclassifica a Reserva Natural da Ria Formosa em PNRF; Portaria n.º 560/1990, de 19 de Julho, aprova o regulamento de pesca na Ria Formosa; Portaria n.º 2/1991, de 24 de Janeiro, aprova o plano de ordenamento do PNRF. No presente momento, a revisão do POAP desta área protegida encontra-se em curso;
  - **Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António** - Decreto-Lei n.º 162/1975, de 27 de Março, cria a Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António; Portaria n.º 337/78 de 24 de Junho (rectificada pelas Portarias n.º 647/78 de 7 de Novembro, n.º 813/88 de 19 de Dezembro, n.º 490/90 de 30 de Junho e n.º 820/93 de 7 de Setembro), aprova o regulamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e Vila Real de Santo António; Resolução do Conselho de Ministros n.º 181/2008, de 24 de Novembro - aprova o regulamento Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e de Vila Real de Santo António.

§ **Plano Sectorial da Rede Natura 2000** - aprovado e publicado pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 115-A/2008, de 21 de Julho, sendo que o concelho de Vila Real de Santo António compreende o Sítio Ria Formosa, a Zona de Protecção Especial (ZPE) Ria Formosa e ZPE Sapais de Castro Marim. Através das fichas-síntese do Plano Sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN2000), constata-se que os factores de risco comuns do Sítio e ZPE'S que integram o concelho de Vila Real de Santo António são essencialmente: pressão turística e urbana (edificação, utilização de áreas dunares para estacionamento e abertura de acessos); erosão costeira; o abandono e reconversão das salinas; o abaixamento do lençol freático devido à abertura indiscriminada de furos; a poluição de efluentes urbanos e industriais; dragagens associadas à navegabilidade dos canais; o possível abandono de actividades tradicionais importantes para a manutenção do mosaico de habitats; a utilização de artes de pesca ilegais.

§ **Planos de Bacia Hidrográfica (PBH) do Guadiana e das Ribeiras do Algarve** - identifica as zonas e situações de risco, nomeadamente cheias, erosão e contaminação e apresenta uma avaliação das situações de cheia e de seca.

Na análise de riscos do PMEPCVRSa (Secção II - Parte IV) teve-se em atenção a harmonização entre a especificidade dos riscos do concelho e os riscos identificados nos diferentes instrumentos planeamento e ordenamento do território vigentes para a área territorial concelhia. A cartografia de riscos elaborada no âmbito do PMEPCVRSa encontra-se em formato digital, constituindo a base de dados geográfica do Plano, organizada em Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Desta forma, é possível confrontar geograficamente as áreas de maior susceptibilidade e risco do concelho com os diversos instrumentos de planeamento e ordenamento do território facilitando, assim, a respectiva articulação biunívoca. Além disso, a **base de dados geográfica do PMEPCVRSa encontra-se disponível para integrar a plataforma de SIG da ANPC.**

De salientar ainda que o PMEPCVRSa deverá também servir de referência à elaboração de Planos Especiais de Emergência específicos do concelho, bem como à concretização de Directivas, Planos e Ordens de Operações dos diversos agentes de protecção civil e organismos e entidades de apoio implantados no concelho.



## 7. ACTIVAÇÃO DO PLANO

### 7.1 Competência para a activação do plano

A activação do PMEPCVRSa, em situação de emergência, encontra-se relacionada com a dimensão das consequências (verificadas ou previstas) do acidente grave ou da catástrofe em termos de efeitos graves na saúde, funcionamento e segurança da comunidade e de impactes no ambiente que exijam o accionamento de meios públicos e privados adicionais.

**A competência para activar o PMEPCVRSa é da CMPC de Vila Real de Santo António<sup>1</sup>, a qual assumirá a coordenação institucional das actividades de protecção civil mais urgentes, competindo ao COM<sup>2</sup> acompanhar e assumir a coordenação operacional das mesmas. O PMEPCVRSa é igualmente activado na sequência de emissão de declaração da situação de contingência por parte do Governador Civil de Faro<sup>3</sup>, caso a área afectada abranja o concelho de Vila Real de Santo António.**

No entanto, **em condições excepcionais, quando a natureza do acidente grave ou catástrofe assim o justificar, por razões de celeridade do processo, a CMPC poderá reunir com composição reduzida definida em 1/3 dos seus membros** (conforme alínea c do n.º 1, do artigo 8.º, do Regulamento n.º 255/2010 – Regulamento Municipal da Protecção Civil de Vila Real de Santo António – publicado em Diário da república n.º 52, II série, 16 de Março de 2010), **no caso de ser impossível reunir a totalidade dos seus membros, circunstância em que a activação será sancionada posteriormente pelo plenário da Comissão** (a forma de convocação da CMPC encontra-se descrita no Ponto 2.1, da Secção I - Parte IV do Plano). **A composição reduzida da CMPC constituirá a base do Posto de Comando Municipal definido no PEERST-ALG.**

Com a activação do Plano pretende-se **assegurar a colaboração das várias entidades intervenientes, garantindo a mobilização mais rápida dos meios e recursos afectos ao PMEPCVRSa e uma maior eficácia e eficiência na execução das ordens e procedimentos** previamente definidos, garantindo-se, desta forma, a criação de condições favoráveis à mobilização rápida, eficiente e coordenada de todos os meios e recursos disponíveis no concelho de Vila Real de Santo António, bem como de outros meios de reforço que sejam considerados essenciais e necessários para fazer face à situação de emergência.

---

<sup>1</sup> Nos termos do n.º 2 do artigo 40.º, concatenado com o n.º 2 do artigo 38.º, da Lei de Bases da Protecção Civil e tal como disposto no n.º 3 do artigo 3.º da Lei n.º 65/2007, de 12 de Novembro.

<sup>2</sup> À data de elaboração do PMEPCVRSa, o COM não se encontra nomeado, pelo que assumirá interinamente as suas funções o coordenador do SMPC ou na sua ausência o Comandante do Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António.

<sup>3</sup> Ao abrigo da alínea b) do n.º 2 do artigo 18.º da Lei de Bases da Protecção Civil.

Uma vez assegurada a reposição da normalidade da vida das pessoas em áreas afectadas por acidente grave ou catástrofe, deverá ser **declarada a desactivação do Plano pela CMPC**. Nesta sequência, deverão ser desenvolvidos os respectivos mecanismos de desactivação de emergência por todas as entidades envolvidas aquando da activação do Plano, incluindo as que compõem a CMPC. Assim, cada entidade desenvolve os devidos procedimentos internos com as respectivas equipas e plataformas logísticas para que sejam desactivados os procedimentos extraordinários adoptados.

A **publicitação da activação e desactivação do PMEPCVRSa** será realizada, sempre que possível, pelo Gabinete de Informação Pública do SMPC, através do seu sítio na internet (<http://www.cm-vrsa.pt>), de comunicados escritos à população, afixando-os nos locais já utilizados pela CMVRSa (ex: editais) e pelos vários órgãos de comunicação social, nomeadamente:

§ **Divulgação imediata** - televisão, rádios nacionais e rádios regionais e locais:

- o Rádio Guadiana;
- o Rádio Santo António.

§ **Imprensa escrita** - jornais nacionais e jornais regionais e locais:

- o Jornal Correio da Manhã;
- o Jornal do Algarve.

## 7.2 Critérios para a activação do plano

Uma vez que o PMEPCVRSa é um plano geral, destinado a enfrentar a generalidade das situações de emergência, a transversalidade dos riscos nele considerados torna difícil a definição de parâmetros e de critérios específicos universalmente aceites e coerentes para se proceder à sua activação. Assim, considerou-se que os critérios que permitem apoiar a decisão de activação do PMEPCVRSa são suportados na conjugação do grau de intensidade das consequências negativas das ocorrências, ou seja, grau de gravidade, com o grau de probabilidade/frequência de consequências negativas, conforme definidos na Directiva Operacional Nacional n.º 1/ANPC/2007, de 16 de Maio.

### PROBABILIDADE

A **avaliação do grau de probabilidade** de acidente grave ou catástrofe é da competência da CMPC com base na informação recolhida pelo SMPC e apoiada pelos sistemas de monitorização previstos no Plano (ver Ponto 2.3 da Secção I – Parte IV). No que se refere aos sistemas de monitorização de abrangência nacional, a ANPC, em estreita colaboração com diversas entidades, nomeadamente, o Instituto de Meteorologia (IM), a Autoridade Florestal Nacional (AFN), a Direcção-Geral de Saúde (DGS), o Instituto da Água (INAG), Laboratório Nacional de Energia e Geologia (LNEG), entre outras, tem capacidade para avaliar o grau de probabilidade difundido ao CDOS de Faro o qual por sua vez informa os agentes de protecção civil do concelho e a CMVRSa.

A CMPC recorrerá igualmente, para definição do grau de probabilidade, a informação recolhida no terreno pelo SMPC e/ou agentes de protecção civil implantados no concelho. A avaliação do grau de probabilidade permite prevenir os riscos colectivos e a ocorrência de acidente grave ou de catástrofe deles resultantes, atenuando assim estes riscos e limitando os seus efeitos.

No PMEPCVRSa definiram-se duas classes de probabilidade, as quais integram a metodologia de cadeia de decisão adoptada. A informação base que permitirá estabelecer se a situação de emergência corresponde a uma das classes definidas será a disponibilizada pelas entidades acima referidas. As classes de probabilidade tidas para referência no PMEPCVRSa são:

§ **Elevada** – A probabilidade do evento afectar a área do concelho é igual ou superior a 25%;

§ **Confirmada**.

## GRAVIDADE

No que se refere à **avaliação do grau de gravidade** do acidente grave ou da catástrofe ocorrido no concelho, esta deverá ser realizada pelo COM em colaboração e comunicação permanente com os agentes de protecção civil do concelho, nomeadamente, Corpo de Bombeiros Voluntários de Vila Real de Santo António e forças de segurança, e comunicado ao Presidente da Câmara Municipal (Director do PMEPCVRSa) juntamente com o respectivo ponto de situação. Desta forma, o Presidente e a CMPC têm à sua disposição informação que permite apoiar a decisão de activação do Plano. A tipificação do grau de gravidade tem como base a escala de intensidade das consequências negativas das ocorrências. Foram tidos como critérios para determinar o grau de gravidade:

§ **Número de vítimas padrão<sup>4</sup>;**

§ **Dano material em infra-estruturas<sup>5</sup>;**

§ **Necessidade de evacuação de locais.**

A combinação das classes definidas para aqueles 3 parâmetros formam 3 classes de grau de gravidade: moderada, acentuada e crítica<sup>6</sup>.

Os mecanismos e as circunstâncias fundamentadoras para a activação do Plano, que determinam o início da sua obrigatoriedade, em função dos cenários nele considerados, encontram-se descritos na Figura 3, na Tabela 2 (definição dos graus de gravidade) e na Tabela 3 (critérios para a activação do PMEPCVRSa). As acções a serem desencadeadas no âmbito da activação do PMEPCVRSa encontram-se descritas na Parte III e no Ponto 11 da Secção III – Parte IV.

---

<sup>4</sup> Valor ponderado considerando os pesos relativos para feridos graves e ligeiros considerados na fórmula de cálculo do indicador de gravidade da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária ( $IG = 1 \times \text{número de mortos} + 0,1 \times \text{Feridos Graves} + 0,03 \times \text{Feridos Ligeiros}$ )

<sup>5</sup> Não inclui danos em viaturas.

<sup>6</sup> Embora as designações usadas sejam as mesmas da ANPC, importa realçar que estas foram definidas tendo por base parâmetros específicos do PMEPCVRSa (isto é, estas designações a usar no âmbito municipal não apresentam correspondência directa com as usadas pela ANPC para o nível nacional e distrital).

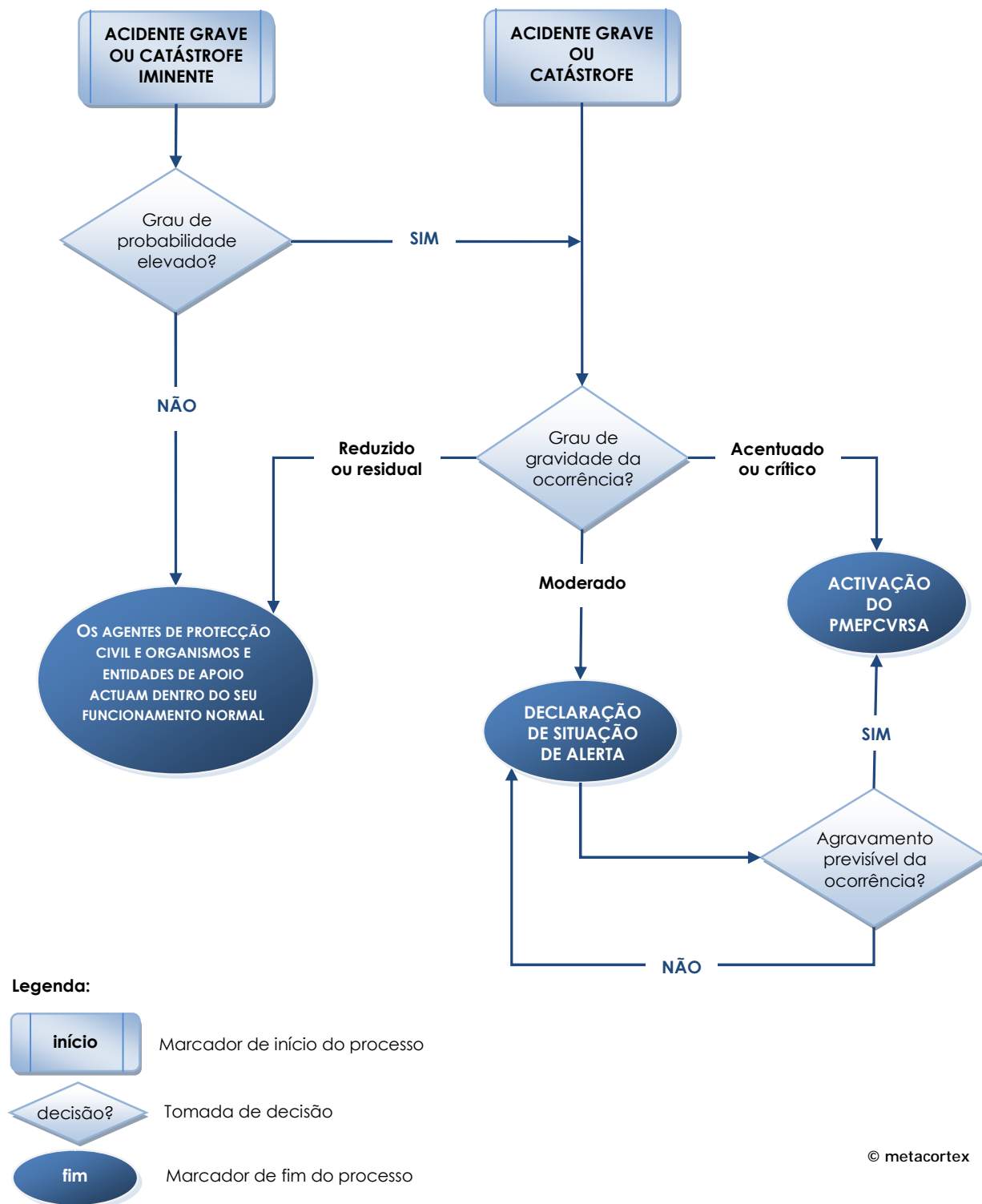


Figura 3. Critérios para a activação do PMEPCVRS

Tabela 2. Critérios para a definição do grau de gravidade

DANO MATERIAL EM INFRA-ESTRUTURAS (€) <sup>7</sup>	<10 PESSOAS DESLOCADAS			>10 PESSOAS DESLOCADAS		
	NÚMERO DE VÍTIMAS PADRÃO			NÚMERO DE VÍTIMAS PADRÃO		
	[0-5[	[5-20[	>20	[0-5[	[5-20[	>20
< 1 000 000	Moderada	Acentuada	Crítica	Crítica	Crítica	Crítica
[1 000 000 - 5 000 000[	Acentuada	Acentuada	Crítica	Crítica	Crítica	Crítica
> 5 000 000	Acentuada	Crítica	Crítica	Crítica	Crítica	Crítica

Tabela 3. Critérios para a activação do PMEPCVRSa, de acordo com o grau de gravidade e de probabilidade da ocorrência

		GRAU DE GRAVIDADE		
		MODERADA	ACENTUADA	CRÍTICA
GRAU DE PROBABILIDADE	ELEVADA § Probabilidade de ocorrência superior a 25%	Actividade normal	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<b>ACTIVAÇÃO DO PLANO</b>
	CONFIRMADA § Ocorrência real verificada	Actividade normal	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<b>ACTIVAÇÃO DO PLANO</b>
	AGRAVAMENTO EXPECTÁVEL DA OCORRÊNCIA CONFIRMADA	DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO DE ALERTA DE ÂMBITO MUNICIPAL	<b>ACTIVAÇÃO DO PLANO</b>	<b>(PLANO ACTIVADO)</b>

<sup>7</sup> Não inclui o valor de danos em viaturas.

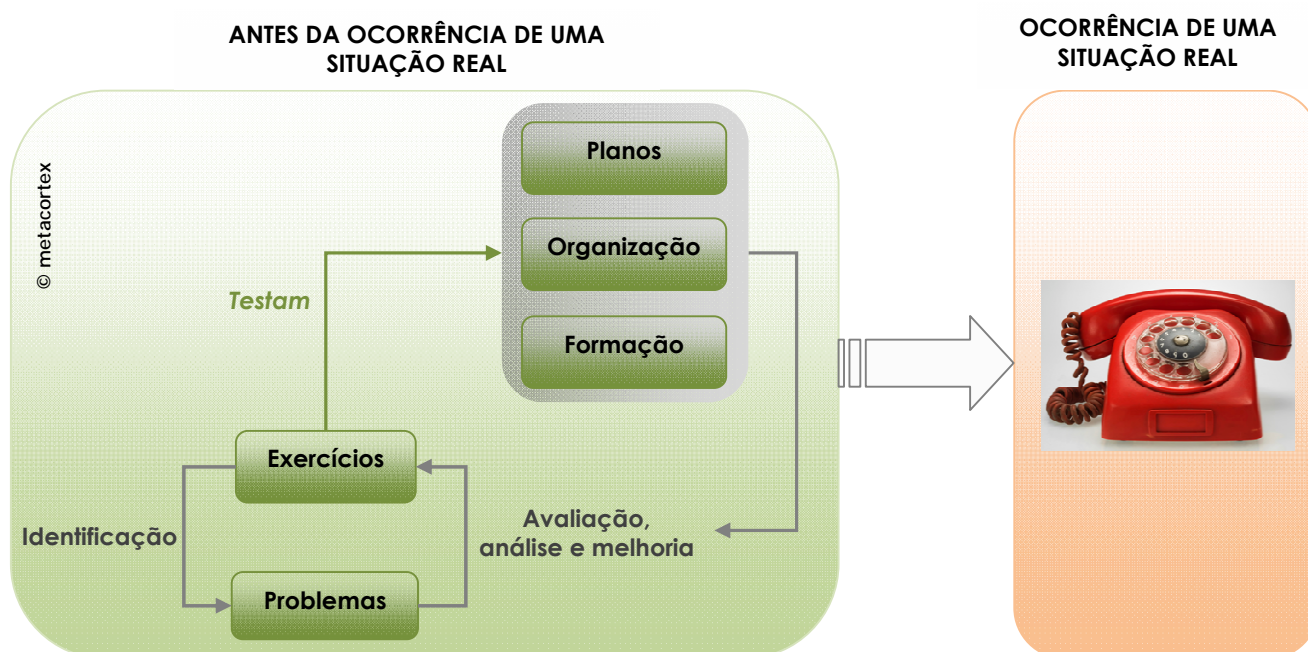
Em síntese, a **activação do PMEPCVRS**A é aplicável nos casos em que:

- § A emergência não pode ser (ou preveja-se que não possa ser) gerida de forma eficaz usando apenas os recursos dos agentes de protecção civil do concelho, sendo necessário implementar e agilizar o acesso a meios de resposta suplementar;
- § Nas situações em que se verifique, ou se preveja, a necessidade de se proceder à deslocação de um número elevado de pessoas.

Em conclusão, importa sublinhar que se entende que é sempre preferível activar o Plano antecipadamente do que demasiado tarde, assim como, é sempre mais fácil e preferível desmobilizar meios que se tenha verificado desnecessários do que mobilizá-los após verificada a sua necessidade em plena situação de emergência.

## 8. PROGRAMA DE EXERCÍCIOS

Os exercícios-tipo visam, de acordo com o objectivo para o qual estão direccionados, melhorar a mobilização e coordenação dos vários intervenientes em situações de emergência decorrentes de acidentes graves ou catástrofes de origem natural tecnológica ou mista, testando comunicações, procedimentos, avaliando as falhas e mitigando deficiências ao longo do exercício, através da adopção de medidas correctivas e/ou preventivas. As acções correctivas podem levar a alterações no PMEPCVRS, procedimentos, equipamentos, instalações e formação, que são novamente testados durante os exercícios subsequentes. A Figura 4 representa o objectivo dos exercícios de emergência.



**Figura 4. Esquema relativo ao aperfeiçoamento dos exercícios de emergência**

Relativamente ao tipo de exercícios em concreto, estes podem ser agrupados em dois tipos:

- § **LivEx<sup>8</sup> [com meios no terreno]** - é um exercício de ordem operacional, no qual se desenvolvem missões no terreno com homens e equipamento, permitindo avaliar as disponibilidades operacionais e as capacidades de execução das entidades envolvidas.
- § **CPX<sup>9</sup> [de posto de comando]** - é um exercício específico para pessoal de direcção, coordenação e comando, permitindo exercitar o planeamento e conduta de missões e treinar a capacidade de decisão dos participantes.

<sup>8</sup> Live Exercise

<sup>9</sup> Comand Post Exercise



A selecção e calendarização de exercícios de emergência constituem uma das principais responsabilidades da CMPC. Assim, e de acordo com a legislação em vigor, **será realizado pelo menos um exercício de teste ao PMEPCVRSa de 2 em 2 anos**. No entanto, sem prejuízo do disposto, serão realizados outros exercícios e simulacros, que se considerem pertinentes, e outros mediante os pedidos que forem solicitados ao SMPC. A selecção do tipo de exercício a efectuar deverá ter em consideração os principais riscos identificados para o concelho, assim como, os meios materiais e humanos cuja eficiência e eficácia se pretendem testar. No Ponto 6 da Secção III, da Parte IV do PMEPCVRSa, encontram-se identificados os objectivos, os cenários, os meios materiais e as entidades envolvidas para cada tipo de risco passíveis de ocorrer no concelho.

Na Tabela 4 encontra-se, de forma resumida, a calendarização dos exercícios de emergência a realizar no âmbito do PMEPCVRSa para o período de 2011-2012. De acordo com a legislação em vigor, **o PMEPCVRSa será revisto no mínimo de 2 em 2 anos**, e como tal, a primeira revisão do Plano após a publicação da resolução deve ser seguida da realização de um exercício no prazo máximo de 180 dias após a aprovação da revisão. Os dados relativos aos exercícios ao PMEPCVRSa serão inseridos no Ponto 6 da Secção III – Parte IV.

**Tabela 4. Calendarização dos exercícios de emergência (2011-2012)**

RISCO	DATA DE REALIZAÇÃO				TIPO DE EXERCÍCIO	OBSERVAÇÕES
	2011		2012			
	1.º SEMESTRE	2.º SEMESTRE	1.º SEMESTRE	2.º SEMESTRE		
INCÊNDIOS URBANOS					CPX	O exercício deverá centrar-se na avaliação da capacidade de comunicação entre os diferentes agentes de protecção civil e entidades de apoio e na melhoria da articulação entre os mesmos.